

IPVA garante às prefeituras do Grande ABC R\$769,9 mi

IPVA garante às prefeituras do Grande ABC R\$ 769,9 mi

Recursos representam 50% dos valores pagos pelos proprietários de 2.008.270 veículos registrados nas sete cidades até dezembro

WILSON GUARDA
wlg@guarda.com.br

As prefeituras do Grande ABC arrecadaram até a data-base de dezembro do ano passado somente com IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) R\$ 769.936.809,73. O montante equivale a 50% da cota-parte destinada aos territórios pelo Estado, responsável pela cobrança do tributo. Entretanto, antes das cidades utilizarem esses recursos, é realizada uma dedução obrigatória de 20% para o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). O valor divulgado é 4,45% superior ao depositado nos cofres municipais da região no acumulado na data-base 2023. Naquele ano os orçamentos tiveram incremento de R\$ 737.126.562,38 em suas receitas. Considerando o acumulado do biênio 2023/2024, as sete

cidades receberam do governo paulista R\$ 1.507.063.372,11. No Grande ABC apenas Rio Grande da Serra observou o repasse diminuir de um ano para o outro. Os dados apresentados pela Prefeitura mostram ligeira retração de 0,70%. Em 2023, a cidade recebeu de cota-parte R\$ 5.953.458,15 contra os R\$ 5.911.928,23 para o consolidado de 2024.

Mudança do registro de veículos para outros municípios ou a isenção de IPVA para automotores que superem 20 anos de fabricação podem ter feito o repasse oscilar para baixo.

São Bernardo, cidade com maior população, território e quantidade de veículos registrados, 651.976 na base de dados da Senatran (Secretaria Nacional de Trânsito) até dezembro do ano passado, em comparação com a vizinha Santo André, com números menores (até reportagem abaixo), recebeu quota inferior.

No território são-bernardense a receita de 2023 foi de R\$ 228.504.285,71. Já em 2024

Arrecadação de IPVA em R\$

	2023	2024	Total em 24 meses
Santo André	232.042.426,81	245.099.550,95	477.141.977,76
São Bernardo	228.504.285,71	233.876.436,02	462.380.721,73
São Caetano	93.192.597,04	98.979.369,14	192.171.966,18
Diadema	78.449.468,68	83.064.026,08	161.513.494,76
Mauá	71.998.479	80.309.302	152.307.781
Ribeirão Pires	21.585.846,99	22.838.147,31	44.423.994,30
Rio Grande da Serra	5.953.458,15	5.911.928,23	11.865.386,38
TOTAL	737.126.562,38	769.936.809,73	1.507.063.372,11

Fonte: Prefeitura do Grande ABC

Atualizado: Primeira Edição do ABC

subiu a R\$ 233.876.436,02. Santo André recebeu repasse de R\$ 232.042.426,81 e R\$ 245.099.550,95 respectivamente, em 2023 e no ano passado.

As receitas de origem do IPVA são utilizadas pelos municípios de acordo com o que preconizam o CTB (Código de Trânsito Brasileiro) e a resolução do Contran (Conselho Nacional de Trânsito) "nas áreas de sinalização, engenharia de tráfego, policiamento e fiscalização, educação no trânsito."

No caso de São Bernardo, a assessoria informou que caso as destinações obrigatórias para Educação e Saúde sejam superadas o montante recebido "pode ser investido em demais projetos e serviços públicos, conforme definido no orçamento aprovado para o município."

Os chefes dos Executivos foram questionados sobre se o "percentual repassado pelo Estado ao município seria o ideal ou precisaria ser reajustado", mas apenas dois responderam.

O prefeito de Diadema, Taka Yamauchi (MDB), afirmou "que se o valor de repasse fosse maior, seria melhor para a cidade, já que existem

grandes investimentos que são realizados na malha viária e com certeza também aumentaria os investimentos na Saúde e Educação".

Para tentar aumentar a arrecadação sem onerar os pagadores de impostos, a gestão Taka tem trabalhado na conscientização, para que moradores e empresários da cidade que tenham veículos registrados em outros municípios, façam a transferência para Diadema, desta forma, aumentando o repasse do Estado para a Prefeitura sem alterações de valores na tributação.

A gestão do prefeito Marce-

lo Lima (Podemos) afirmou que "segundo o entendimento do município, o percentual de 50% do repasse do IPVA, atualmente destinado à Prefeitura, poderia sim ser ampliado. Essa revisão se justifica pelo fato de que o município está na linha de frente no atendimento das demandas da população. É importante lembrar que o princípio que norteou a criação do IPVA foi o de assegurar recursos para os entes federativos – especialmente os municípios – justamente porque são eles que arcam com os custos imediatos causados pelo uso dos veículos. A lógica desse princípio é reconhecer que as vias municipais, a infraestrutura urbana e os serviços de fiscalização e segurança do trânsito exigem investimentos constantes do poder público local."

O governo Tite Campanella (PL) em São Caetano limitou-se a dizer que "o valor do repasse é determinado pela Constituição Federal". Os demais prefeitos preferiram não responder ao questionamento.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: 1